



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR
GERÊNCIA DE CONSULTORIA NORMATIVA - GECOS
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO -
RIO DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350

NOTA TÉCNICA n. 00014/2016/GECOS/PFANS/PGF/AGU

NUP: 33902.552931/2014-98

**INTERESSADOS: ANS - DIGES - DIRAD - DIRETORIA ADJUNTA DA
DIRETORIA DE GESTÃO**

**ASSUNTOS: ALTERAÇÃO DAS RESOLUÇÃO NORMATIVAS - RN Nº 197, DE
2009, E RN Nº 198, DE 2009.**

Senhora Gerente da Consultoria Normativa,

1 - INTRODUÇÃO

Este processo foi distribuído para o especialista subscritor da presente nota técnica realizar uma análise estritamente formal da minuta de Resolução Normativa proposta nos autos.

A análise realizada cuida exclusivamente de aspectos estritamente formais da proposta de fl.07, à luz da Lei Complementar nº 95, de 1998, e do Decreto nº 4.176, de 2002.

Esclareça-se que o diminuto lapso temporal para conclusão do presente trabalho, em função da urgência solicitada pelo órgão proponente prejudica a elaboração de uma análise mais detida sobre os elementos do ato normativo.

Assim, esclareça-se que não se adentrou na análise comparativa com outros dispositivos existentes em todo o Regimento Interno (para verificar se há alguma incompatibilidade ou conflito de competência). Eventuais alertas para as referidas questões devem ser recepcionados pela área técnica como sendo contribuições a título de mera colaboração, longe de terem caráter exaustivo.

Quanto à observância da RA nº 49, de 2012, que regula o processo administrativo normativo, o doc. de fl.219 não deixa dúvidas quanto ao seu cumprimento.

Ainda sobre esse tema, destaca-se a presença nos autos de documento emitido pelo GERH (fl.212) que atesta a ausência de aumento de despesas com a nova distribuição de cargos (inciso VII do art.7º da RA nº 49, de 2012 c/c artigo 14 da lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000).

Aproveita-se a oportunidade para informar que o presente trabalho teve como referência a RN nº 197, e a RN nº 198, ambas de 2009, disponibilizadas no site da ANS (acesso em 09.05.2016).

Por fim, importante destacar também que a presente análise não abarca a conferência de dispositivos que tratam de mudança nos quadros de cargos comissionados da ANS (no presente caso, o art.5º e o próprio Anexo), por não ser de atribuição desta Gerência. Partimos da presunção que a proposta, quanto a esse ponto, foi revista pela área competente para monitoramento (GERH).

Para por fim a esta parte introdutória, merece elogio a menção do organograma da DIGES no art.5º da proposta e a sua juntada às fl.216. Trata-se de ponto que a GECOS/PROGE vem destacando a um tempo. Os processos normativos de alteração regimental devem considerar o teor do §2º do art.2º da RN nº 197, de 2009, que dispõe:

“Art. 2º

(...)

§ 2º Os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional básica da ANS estão representados no organograma de que trata o Anexo I da presente Resolução Normativa.”

2- DAS MODIFICAÇÕES ESTRITAMENTE FORMAIS NA MINUTA DE FLS. 214 E SEQUENTES

Por conta da já destacada urgência para análise, as alterações efetuadas com base na Lei Complementar nº 95, de 1998, e no Decreto nº 4.176, de 2002, e demais modificações de cunho formal podem ser visualizadas na minuta com marcações, que segue em anexo. O especialista subscritor da presente nota se coloca à disposição para prestar qualquer tipo de esclarecimento.

3- OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES

3.1 – A simetria e coerência são dois dos princípios que regem a boa técnica legislativa. Pois bem, o Sumário Executivo (fl.212) deixa bem claro que o CAD/DF terá novas atribuições, por meio de “descentralização total das “atividades meio” que até então eram exercidas pela Diretoria de Gestão, em especial, aquelas ligadas à Gerência de Contratos e Licitações – GECOL, à Gerência de Finanças – GEFIN, à Gerência de Administração de Serviços e Infraestrutura – GEASI e as desenvolvidas pela Gerência Geral de Administração e Finanças - GGAFI.”

Como não se verifica proposta de alteração para os dispositivos relacionados às Gerências localizadas na sede, a área técnica poderá esclarecer se as novas atribuições do CAD/DF serão exercidas a título de competência comum ou não. **Como exemplo** (a área técnica deverá avaliar outros), observe a comparação entre o Art.62-M (Coordenadoria da GEFIN) e a nova redação proposta para o art.62-A (CAD/DF):

“Art. 62-M. À Coordenadoria de Gestão de Contratos - COGEC compete:

(...)

I – exercer atividades de:

(...)

b) instrução e de alterações contratuais, sob o aspecto formal, assim como suas publicações na imprensa oficial;

II - iniciar e conduzir os processos administrativos de apuração de infrações contratuais;

(...)”

“Art.62-A. À Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS no Distrito Federal - CAD/DF compete, no âmbito da Unidade Gestora 253033 - ANS - Escritório de Representação Brasília-DF:

(...)

XVI - proceder à instrução e alterações contratuais, sob o aspecto formal, assim como suas publicações na imprensa oficial; e

XVII - iniciar e conduzir os processos administrativos de apuração de infrações contratuais dos contratos firmados no âmbito do CAD-DF e Núcleos MT e PA.”

Pergunta-se: A COGEC possui competência comum com o CAD/DF? Pode essa Coordenadoria iniciar e conduzir processos administrativos de apuração de infrações contratuais ocorridas nos contratos celebrados no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará?

Recomenda-se que a área técnica reflita sobre o tema, verifique outros exemplos e, se for o caso, faça as alterações necessárias no texto da norma.

3.2 – O caput do art.4º define que o art.62-A passará a ser acrescido dos incisos VI a XVII. Todavia, no desenvolvimento seguinte o inciso VI não aparece, já partindo do acréscimo dos incisos VII a XVII. Pergunta-se: Foi apenas um erro de numeração ou esqueceu-se de colocar o teor do inciso VI na redação do dispositivo que se pretende alterar? Essa indagação é importante, uma vez que o quadro de fls.210 transmite a intenção de se criar um inciso VI, que não foi posteriormente incorporado na proposta submetida à análise desta Gerência (“VI - efetuar os pagamentos referentes aquisição de bens, obras e serviços no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará”).

Ainda que esclarecido esse ponto, a questão não se resolve plenamente, pois os incisos VI e VIII do art.62-A já foram revogados pela RN nº 397, de 2016. E com base na alínea "b" do inciso III do art.12 c/c o parágrafo único do mesmo art.12, ambos da Lei Complementar nº 95, de 1998, as numerações desses dispositivos não podem ser reaproveitadas.

Desta forma, imperioso se faz que os acréscimos dos incisos ao art.62-A do Regimento Interno ocorra a partir do inciso IX.

Considerando a necessidade de avaliação pelo órgão proponente do questionamento feito no presente tópico, nenhuma dessas sugestões foram incorporadas à minuta, devendo a área técnica avaliá-las e, em sendo acatadas, não poderá esquecer de promover as alterações no texto.

3.3 – Alteração no parágrafo único do art.5º, de forma a alterar a referência ao site da ANS, utilizando-se a expressão empregada no art. 4º, IV, “b”, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SECOM-PR Nº 8 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, que disciplina a implantação e a gestão da Identidade Padrão de Comunicação Digital das propriedades digitais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá outras providências:

“Art. 4º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

(...)

IV - Sítio: o conjunto de páginas que disponibiliza informações e/ou serviços sob a responsabilidade de um gestor de sítio que se pode classificar em portal, sítio

institucional, sítio de plano ou programa e ambiente funcional, conceituados nos seguintes termos:

(...)

b) Sítio institucional - sítio que contém informações relativas a órgão ou entidade específico, tanto informações institucionais como informações e serviços de sua competência;

(...)”

4 - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, sugere-se modificações na minuta de fls.214 e seguintes com o intuito de satisfazer os requisitos formais viabilizando sua publicação.

Seguem em anexo as modificações efetuadas na minuta proposta (versão sem marcações e versão com marcações de alterações), registrando-se que elas não contemplam todas as observações levantadas na presente Nota.

Por fim, reitera-se as ressalvas feitas no Tópico "Introdução".

É a nota técnica, sub censura.

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2016.

GUSTAVO JUNQUEIRA CAMPOS
ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
ESPECIALIDADE - DIREITO
MAT.SIAPE 1621002

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902552931201498 e da chave de acesso 6dd279f0